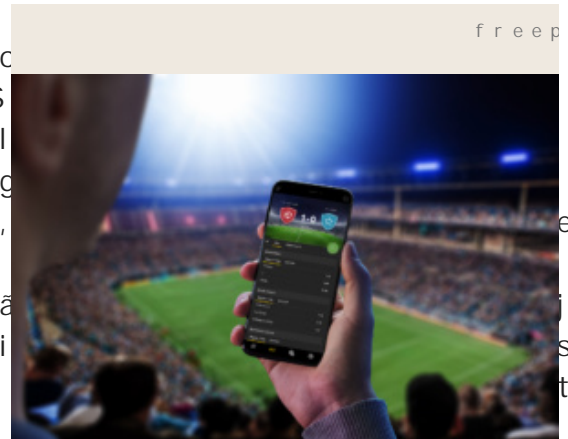


Contrassenso legislativo ge sobre cobrança judicial de

Embora a Lei 14.790 (conhecida como Lei das Bets), promulgada e regularizado as apostas de b... (a...), a... não pode apelar ao Poder Judiciário, uma... não permite a cobrança em juízo de dívidas de jogos.

Esse contrassenso poder... lei de reforma... 31 de janeiro, mas o texto se... e apostas efetuados em meio dig... sujeitos à legislação especial, capítulo apenas naquilo em que... omissas. Ou seja, a autorização de dívidas das bets... lembrar deveria estar na Lei... isso significa que não está em



Não é incomum que apostadores... com as bets tenham dificuldades... E, quando não conseguem resolver... diretamente com as casas de apc... empresas de meios de pagamento, eles ficam a ver... navios.

As bets são legalizadas... apostadores não podem co... dívidas desse jog... é mi

No entendimento... Rayes & Fagundes, não se trata de uma obra do acaso... apostador atende ao interesse do governo e do Congre... Quanto mais insegura juridicamente a atividade de a... passam a fazer uso das plataformas, argumenta ele.

Falha no Código

Os especialistas consultad... legislação atual é um bocado confusa... especialista em tecnologia do Campos Thomaz Advogado... Código Civil. O segundo parágrafo do artigo 814 abre... permitidos e, mesmo assim, persiste o tal contrassen... jogo ilegal, mas tampouco é legalmente permitido. Po... dívidas de torneios dessa modalidade.

Melhor seria se a redação do referido parágrafo fos... lícitos ou reconhecer que os valores devidos no âmbi



é dívida contratual, já que as partes acordam com os advogados.

Felipe Carteiro concorda que a reforma do Código pode enquadrar a omissão, criada pelo advogado especializado em Direito Digital, um dispositivo que trate expressamente da exigibilidade jurídica. A omissão desse ponto pode resultar em inconstitucionalidade para as próprias plataformas, levando a futuras interpretações pelo Judiciário, afirma ele.

Vinicius Conga do escritório Yarshell Advogados afirma que o problema causado por esse vácuo pode ser encontrada no art. 27, que determina que são assegurados aos apostadores de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990). Trata-se de uma omissão no Judiciário, mas tem havido uma aparente omissão em outros tribunais.

Falha na aplicação

Max Bandeira do escritório Bandeira Damasceno, tem esse assunto, pois ele não acredita que haja falha nas normas dos dispositivos que tratam do tema (como o parágrafo 2º que os cumpri-los).

Ele também destaca que o Superior Tribunal de Justiça julgou no REsp 1.628.974 que a dívida de jogo contraída no exterior por pessoa residente no Brasil, se dado em decorrência de jogo de azar considerado ilegal no Brasil, foi cobrado por um cassino de Las Vegas, por 1 milhão.

De acordo com o STJ, se certo jogo de azar é legal no Brasil, esse jogo contraído por brasileiros nesse país são legais. Isso quer dizer que a aplicação da lei brasileira para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei Bandeira.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-mar-27/limbo-legislativo-gera-i>